

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: O TRABALHO INTERSETORIAL COM ADOLESCENTES

Daiane Borges Scheffer¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explorar a atuação do Serviço Social na política de saúde mental e sua atuação intersetorial com adolescentes da rede de educação, através de ações socioeducativa. Inicialmente, contextualizamos o Serviço Social, destacando seu papel na promoção da saúde e na prevenção de transtornos mentais. Em seguida, abordamos os impactos dos conflitos familiares na saúde mental dos adolescentes, ressaltando a relevância das ações socioeducativas e o trabalho psicossocial oferecido pelo Serviço Social. Analisamos a articulação intersetorial, das políticas de saúde e da educação. Este artigo contribui para uma compreensão mais profunda da complexa relação entre Serviço Social, saúde mental e adolescentes, oferecendo perspectivas para práticas futuras e enfatizando a importância da atenção à questão social.

Palavras-chave: Serviço Social; Saúde Mental; Adolescentes; Educação.

1 INTRODUÇÃO

A importância de discutirmos o Serviço Social e suas interfaces com adolescentes, conflitos familiares e na saúde mental é inegável, especialmente à luz das experiências vivenciadas durante o estágio. O processo de estágio ocorreu na Secretaria Municipal de Saúde de Três Cachoeiras, no Estado do Rio Grande do Sul, no período de março a julho de 2023.

A vivência no estágio permitiu ampliar o conhecimento na política de saúde mental e observar a interseção de várias políticas sociais, incluindo a Política Nacional de Saúde Mental, o Programa Saúde na Escola (PSE) e as diretrizes de atendimento às demandas da população adolescente. A saúde mental é uma parte vital do sistema de saúde pública, e o Serviço Social desempenha uma função fundamental no acesso dos adolescentes aos diversos serviços, programas e projetos ofertados pelas políticas sociais, nos diferentes conflitos presentes neste ciclo de vida.

No desenvolvimento do artigo científico, serão abordadas as seguintes seções: (2) A relação do tema de estudo com a Questão Social, onde se analisará a conexão entre conflitos familiares, saúde mental de adolescentes e o Serviço Social com problemas sociais mais amplos; (3) A relação do tema de estudo com a política

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso, sob a orientação da Prof. Dra. Estelamaris Barros Dihl. E-mail: estelamaris.dihl@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 5 de dez. de 2023.

social, explorando como as políticas orientam a intervenção no campo de estágio, especificamente na saúde mental e educação; e (4) A análise de conteúdo/discurso com base nos documentos do estágio, examinando objetos, instrumentos e produtos que refletem a prática do Serviço Social no espaço sócio ocupacional. Essas seções fornecerão uma análise aprofundada e contextualizada do tema e sua relevância para a prática e as políticas sociais.

Ao longo deste artigo, buscaremos demonstrar como o Serviço Social desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental e no apoio a adolescentes que enfrentam conflitos familiares, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por essa população e propondo estratégias eficazes para lidar com essas questões.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: o trabalho intersetorial na garantia dos direitos dos adolescentes

O presente capítulo se dedica a explorar o intrincado entrelaçamento entre o Serviço Social e a política de saúde mental no contexto dos direitos dos adolescentes. Para compreendermos integralmente essa interconexão, iniciaremos com uma análise do breve contexto das políticas sociais e suas interfaces na qualidade de vida dos adolescentes (2.1). Este panorama nos permitirá vislumbrar as diversas influências que moldam o ambiente em que os jovens se desenvolvem e vivenciam suas trajetórias. Em seguida, adentraremos na trajetória do Serviço Social na política de saúde mental, contextualizando sua evolução ao longo do tempo (2.2).

O enfoque específico nos adolescentes e seus conflitos familiares será abordado em detalhes na seção 2.2, destacando a importância do entendimento das dinâmicas familiares para o trabalho intersetorial. À medida que nos aprofundamos na temática, dedicaremos a seção 2.3 para discutir a saúde mental dos adolescentes e o papel crucial desempenhado pelo Serviço Social nesse contexto. Ao abordar esses tópicos de forma integrada, este capítulo visa proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios, oportunidades e responsabilidades inerentes à promoção da saúde mental e garantia dos direitos dos adolescentes, destacando o papel central do Serviço Social nesse cenário complexo.

2.1. Breve Contexto das Políticas Sociais e suas Interfaces na qualidade de vida dos adolescentes

As políticas sociais desempenham um papel fundamental na configuração da qualidade de vida dos adolescentes, sendo ferramentas essenciais para promover o bem-estar e o desenvolvimento saudável dessa parcela da população. Para compreendermos a abrangência dessas políticas, é necessário iniciar nossa análise definindo o conceito de políticas sociais.

Se referem a estratégias governamentais voltadas para a garantia de direitos e a promoção do acesso universal a serviços essenciais. No contexto da saúde, as políticas sociais se desdobram em diferentes frentes, começando pela política de saúde em geral, que abrange ações de promoção, prevenção e assistência.

Ao adentrarmos a seara da saúde mental, Bisneto (2022) proporciona uma análise institucional da prática do Serviço Social nesse campo. A reforma psiquiátrica e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo o Conselho Federal de Serviço Social (2010), reconfiguram a atuação do assistente social na política de saúde, proporcionando uma perspectiva mais humanizada e integrada.

Na perspectiva da saúde mental de crianças e adolescentes, a importância do fortalecimento de vínculos é destacada por Da Silva e Parrão (2014), ressaltando o papel do serviço social na Unidade Básica de Saúde (UBS). De maneira similar, Oliveira Marques (2020) explora a interface entre saúde mental e acolhimento institucional de crianças e adolescentes, evidenciando a contribuição do serviço social nesse contexto.

A intersetorialidade, fundamental para uma abordagem emancipatória, é discutida por Fernandes et al. (2019), ao apresentarem propostas de atuação no contexto escolar. A literacia em saúde mental, especialmente entre adolescentes, é um desafio abordado por Loureiro et al. (2012), evidenciando a necessidade de ações educativas.

No âmbito da violência intrafamiliar, Matoso et al. (2014) discutem o papel dos profissionais de enfermagem e serviço social, enfatizando a importância da interdisciplinaridade. A pandemia de COVID-19 também trouxe desafios à saúde mental dos adolescentes, conforme discutido por Miliauskas e Faus (2020).

A atuação direta do assistente social na saúde mental é explorada por Silva et al. (2022) e Souza et al. (2011), evidenciando a importância do profissional nesse contexto. Por fim, Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019) discutem o bem-estar, saúde mental e participação em educação de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Nesse cenário, a articulação efetiva entre as políticas de saúde e educação, mesmo sem abordar a assistência social, é crucial. A rede intersetorial emerge como uma ferramenta indispensável para oferecer políticas de proteção social que atendam verdadeiramente às necessidades dos adolescentes, como discutido por Woerner (2015).

A relação do tema de estudo com a política social que norteia a intervenção no campo de estágio é um elemento crítico para entender como o Serviço Social se insere nas políticas públicas e na promoção do bem-estar dos adolescentes em situações de conflitos familiares e problemas de saúde mental. A Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) é uma das políticas sociais fundamentais que guiam a intervenção em saúde mental, como destacado por Woerner (2015). Ela tem como objetivo garantir o acesso universal aos serviços de saúde mental, com ênfase na promoção da saúde, na prevenção de transtornos mentais e no tratamento de problemas de saúde mental. A PNSM fornece diretrizes para o atendimento de adolescentes em situações de conflitos familiares e questões de saúde mental, garantindo a oferta de serviços adequados e o respeito aos direitos dos usuários.

Outra Política com interface nos atendimentos aos adolescentes é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual oferta a proteção social básica e espacial, uma vez que muitos adolescentes em situações de vulnerabilidade social e ou risco podem acessar os diferentes serviços. Conforme mencionado por Nunes et al. (2020), a PNAS tem como objetivo promover a inclusão social, a proteção de crianças e adolescentes em situação de risco, bem como a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade. Isso inclui a oferta de serviços e programas que visam fortalecer o núcleo familiar e apoiar adolescentes em situações de conflito.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), visa à promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos adolescentes. A PNPS estabelece diretrizes para a promoção da saúde mental, a prevenção de transtornos mentais e o fortalecimento

dos fatores de proteção entre os adolescentes, como mencionado por Bravo et al. (2014).

O Programa Saúde na Escola (PSE) também se relaciona diretamente com o tema de estudo, pois visa à promoção da saúde e ao desenvolvimento integral dos adolescentes. O PSE envolve ações de promoção da saúde mental, prevenção de transtornos mentais e enfrentamento de problemas de saúde emocional entre os adolescentes.

O profissional de Serviço Social media a articulação entre as diferentes políticas, isso envolve a saúde, assistência social, educação e justiça, para abordar as complexas questões que envolvem a saúde mental dos adolescentes, bem como os conflitos familiares. A integração desses setores é crucial para garantir uma abordagem holística e abrangente.

É importante ressaltar que as políticas sociais estabelecem princípios e diretrizes que são fundamentais para a qualidade na oferta de seus serviços. A política social fornece um arcabouço ético e normativo que direciona a intervenção dos profissionais, assim, garantindo os direitos de acesso e a promoção do bem-estar. Outro aspecto relevante é o enfoque na intersetorialidade, conforme mencionado por Rocha (2018), este trabalho em rede potencializa as intervenções e o Serviço Social está alinhado com a defesa e a garantia do acesso aos direitos dos cidadãos.

A política social também fornece uma abordagem preventiva, conforme destacado por Bravo et al. (2014). A prevenção de transtornos mentais e o fortalecimento dos fatores de proteção entre os adolescentes são princípios orientadores que visam reduzir a incidência de problemas de saúde mental. O Serviço Social, ao atuar nesse contexto, contribui para a promoção da saúde mental e o bem-estar dos adolescentes, evitando o agravamento de conflitos familiares e problemas emocionais.

No contexto das políticas sociais, as reflexões apresentadas sobre o papel do assistente social na promoção da saúde mental e no atendimento de adolescentes em situações de conflitos familiares adquirem um significado mais amplo.

A atuação do assistente social, conforme discutido anteriormente, contribui para a descentralização do processo médico, permitindo que equipes multiprofissionais ofereçam atendimento mais amplo e acessível. Isso está alinhado com as diretrizes da política de saúde, que busca promover a saúde mental, prevenir

transtornos mentais e oferecer tratamento adequado, conforme previsto na Política Nacional de Saúde Mental.

Outro ponto, no processo de atuação profissional é as ações socioeducativas para a desmistificação das crenças populares sobre doenças mentais e a sensibilização sobre o cuidado da saúde mental. Nesse sentido, o Serviço Social promove ações em seus diferentes campos de atuação com os adolescentes e suas famílias sobre a prevenção e o cuidado da saúde mental. Em síntese, a atuação do Serviço Social se integra harmoniosamente com as políticas sociais para criar um ambiente que seja favorável ao desenvolvimento saudável e à qualidade de vida dos adolescentes.

2.2. Breve Contexto da Trajetória do Serviço Social na Política de Saúde Mental

A trajetória do Serviço Social na política de saúde mental é marcada por um evoluir significativo ao longo do tempo. Em seu surgimento, o Serviço Social, como apontado por Bisneto (2022), inicialmente concentrou-se na assistência social e nas demandas emergentes do processo de industrialização. A atuação estava, primariamente, vinculada à caridade e ao assistencialismo, refletindo uma perspectiva mais filantrópica do que uma abordagem estrutural dos problemas sociais.

O Serviço Social encontra espaço na política de saúde ao assumir funções vinculadas à assistência social em unidades de saúde. Conforme evidenciado por Nunes e colaboradores (2018), essa inserção inicial proporcionou ao assistente social uma posição-chave na articulação entre as demandas sociais e as estratégias de promoção da saúde.

Entretanto, foi na expansão das discussões sobre saúde mental que o Serviço Social encontrou um terreno fértil para consolidar sua atuação. A reforma psiquiátrica, como destacado por diversos autores, incluindo Rocha (2018), desencadeou uma mudança paradigmática na abordagem dos transtornos mentais, movendo-se de um modelo asilar para um enfoque centrado na desinstitucionalização e na reinserção social.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2010) salienta a importância do assistente social nesse novo contexto, delineando parâmetros para sua atuação na política de saúde mental. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e

dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) representa marcos cruciais nesse percurso, como destacado por diversos autores, incluindo Souza et al. (2011).

A contextualização histórica revela a metamorfose do Serviço Social na política de saúde mental, saindo de uma atuação predominantemente assistencialista para se tornar um agente estratégico na promoção da cidadania e na desestigmatização das questões relacionadas à saúde mental. Essa evolução, sustentada pelas contribuições teóricas e práticas dos profissionais, reforça a importância do Serviço Social na construção de uma abordagem mais humanizada e inclusiva no campo da saúde mental.

Além disso, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) têm contribuído discutindo as atribuições do Assistente Social na Política de Saúde, através de cartilhas, artigos, seminários, entre outros. Estes documentos, destacam a importância da mediação do profissional de Serviço Social na garantia do acesso aos serviços das diferentes políticas sociais, entre estas as de saúde mental, enfatizando o respeito aos direitos dos usuários, a qualidade na oferta dos serviços e a promoção da cidadania (CFESS et al., 2010). Sabe-se que desde sua gênese o Serviço Social está presente nas mais diferentes Políticas Públicas, não apenas na oferta dos serviços, mas também na gestão, elaboração e implementação.

As competências, habilidades e atitudes dos profissionais de Serviço Social, seja no âmbito da saúde ou em outros contextos sócio ocupacionais, são orientados pelo Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão. No que concerne aos deveres profissionais, o artigo 3º do Código de Ética estabelece diretrizes como o desempenho eficiente e responsável das atividades profissionais, o uso adequado do número de registro no Conselho Regional, e a abstenção de práticas que caracterizem censura, cerceamento da liberdade ou policiamento dos comportamentos (CFESS et al., 2010).

Ao considerar este marco regulatório, cabe ao assistente social distanciar-se das abordagens tradicionais, adotando uma perspectiva emancipatória. Soma-se a este marco a definição da questão social como objeto de intervenção profissional, e a teoria social crítica e o método materialista histórico como os elementos constitutivos do fazer profissional. Como a apreensão crítica dos processos sociais, a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, a compreensão do significado social da profissão, e a identificação das demandas na sociedade para formular respostas profissionais adequadas. Essas competências são fundamentais

para uma análise crítica da realidade, estruturação do trabalho e enfrentamento das expressões da questão social (CFESS et al., 2010).

Para Bisneto (2022) a prática do Serviço Social na área da saúde mental a partir de uma perspectiva institucional, fornece insights importantes sobre as dinâmicas de trabalho do assistente social. O autor nos diz, “é uma profissão comprometida com a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e o enfrentamento das desigualdades”. (Bisneto, 2022, p. 10),

São muitas as atribuições do Assistente Social na Política de Saúde, como o acolhimento, atendimentos psicossociais e a mediação entre os serviços da saúde mental e os demais da rede das políticas públicas, o que caracteriza o trabalho interdisciplinar e intersetorial. Para Fernandes et al. (2019) o trabalho intersetorial no campo da saúde mental infantojuvenil, sugeri a colaboração entre diferentes profissionais, como terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos, psiquiátricos, entre outros, a fim de abordar de forma coletiva as complexas necessidades dos adolescentes (Fernandes et al., 2019).

No decorrer do processo de trabalho do Assistente Social na política de Saúde Mental, a adoção de uma abordagem colaborativa e interdisciplinar é imperativa para uma compreensão holística que contemple os diversos aspectos da saúde mental e o contexto social dos adolescentes. Esta abordagem, fundamentada na interação e cooperação entre diferentes profissionais e áreas de conhecimento, é essencial para atender de maneira integral às necessidades complexas desses indivíduos.

De acordo com Amaral (2003), a abordagem colaborativa e interdisciplinar na saúde mental é caracterizada pela integração de diferentes disciplinas, profissionais e perspectivas no processo de avaliação, intervenção e acompanhamento. A autora destaca que essa abordagem favorece uma compreensão mais abrangente e contextualizada das questões de saúde mental, permitindo uma intervenção mais eficaz e centrada no sujeito.

Ao adotar uma perspectiva interdisciplinar, o Assistente Social se beneficia da diversidade de conhecimentos e experiências presentes na equipe de saúde mental, podendo, assim, enriquecer sua prática profissional. Nesse contexto, Bravo et al. (2014) ressaltam que a interdisciplinaridade favorece a construção coletiva de estratégias de intervenção, considerando as dimensões biopsicossociais envolvidas nos processos de saúde e doença. (AMARAL, 2003).

2.3 Adolescentes e conflito familiares

Compreender o ciclo de vida dos adolescentes é um desafio aos profissionais que atuam na Política de Saúde Mental. Este período é caracterizado por transformações físicas e emocionais, frequentemente traz consigo conflitos inerentes, como questões de identidade e autonomia (Bisneto, 2022). Em paralelo, é essencial destacar a relevância da convivência familiar, que, em seu aspecto positivo, desempenha um papel crucial no desenvolvimento da saúde mental dos adolescentes (BRAVO ET AL., 2014).

Os conflitos familiares, como desavenças interpessoais e dinâmicas disfuncionais, possuem repercussões diretas na saúde mental dos adolescentes, podendo agravar problemas emocionais preexistentes ou instigar novos desafios (MILIAUSKAS & FAUS, 2020). A vulnerabilidade dos adolescentes a esses conflitos é ressaltada por diversos autores, como indicado por Miliauskas e Faus (2020), que destacam a propensão desses jovens a enfrentarem problemas de saúde mental.

No contexto da intervenção do Serviço Social, a abordagem interdisciplinar é fundamental para identificar, avaliar e intervir em conflitos familiares envolvendo adolescentes (AMARO, 2003). A escuta sensível e especializada dos assistentes sociais permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas familiares, facilitando a formulação de estratégias de intervenção adequadas (BISNETO, 2022). O Serviço Social atua não apenas na resolução de conflitos isolados, mas também na promoção de relações familiares saudáveis (BISNETO, 2022).

Os conflitos familiares, muitas vezes, estão associados a questões socioeconômicas, como a pobreza, uso e abuso de substâncias psicoativas e a desigualdade de gênero (LOUREIRO et al., 2012). Nesse sentido, o Serviço Social reconhece as expressões da questão social presentes no cotidiano das famílias. (LOUREIRO et al., 2012).

A abordagem do Serviço Social ocorre através do fortalecimento de vínculos familiares, da função protetiva das famílias e da articulação da rede socioassistencial e intersetorial ampliando a proteção social. Além disso, o Serviço Social se insere na rede de proteção à infância e adolescência, trabalhando em conjunto com outros órgãos e profissionais para garantir o bem-estar dos adolescentes em situações de conflito familiar.

A intervenção do Serviço Social nos conflitos familiares envolve a escuta ativa, a mediação e a promoção de estratégias de comunicação eficaz entre os membros da família. Além disso, o Serviço Social também busca fortalecer as habilidades parentais e oferecer suporte emocional aos adolescentes que enfrentam dificuldades em seus ambientes familiares.

2.4 Saúde mental dos adolescentes e o papel do serviço social

A saúde mental dos adolescentes é uma preocupação crescente, dada a complexidade das mudanças físicas, emocionais e sociais que caracterizam essa fase do desenvolvimento. A promoção da saúde mental entre os adolescentes é um desafio importante, e o Serviço Social desempenha um papel relevante no fortalecimento dos vínculos familiares e na mediação com os demais profissionais para uma abordagem psicossocial, considerando o bem-estar emocional e psicossocial desses jovens.

Conforme Sodré (2013), o profissional traz em sua prática elementos como a tradução, o vínculo e o acolhimento, os quais, são essenciais na promoção da saúde mental dos adolescentes, uma vez que fornecem uma base sólida para a compreensão das demandas e necessidades destes usuários. A tradução se refere à capacidade de traduzir as necessidades dos adolescentes em ações práticas e suporte. O vínculo estabelece uma relação de confiança entre o assistente social e o adolescente, criando um espaço seguro para a expressão de preocupações e emoções. O acolhimento implica na capacidade de receber e atender os adolescentes com empatia e respeito.

Entre as competências do assistente sociais, podemos citar, a identificação e a intervenção precoce, através dos conhecimentos teóricos-metodológicos, técnicos-operativos e ético-político, desvendando situações de risco, conflitos familiares, uso e abuso de substâncias psicoativas, isolamento social, entre outros. Para Miliauskas e Faus (2020), a intervenção precoce é fundamental, uma vez que os problemas não identificados e tratados podem agravar a saúde mental e levar a danos, muitas vezes irreversíveis, como o suicídio.

A política de educação, que idealmente busca acolher, incluir, socializar e educar os adolescentes, muitas vezes se depara com desafios que impactam diretamente na saúde mental desses jovens. Experiências vivenciadas pelos

adolescentes nas escolas podem resultar em problemas, como depressão, automutilação, isolamento social, suicídio e surtos, conforme observado no processo de estágio (Matoso et al., 2014). Autores, como Matoso et al. (2014), ressaltam que o ambiente escolar pode ser propício para fenômenos prejudiciais à saúde mental dos adolescentes, como o bullying.

O bullying, em particular, é uma problemática recorrente nas escolas, contribuindo significativamente para o agravamento de questões de saúde mental entre os adolescentes (Fernandes et al., 2019). O Serviço Social, nesse contexto, assume uma abordagem através de ações socioeducativas, buscando compreender as dinâmicas escolares e desenvolver estratégias de intervenção (Nunes & Perez, 2018). Ações socioeducativas podem incluir workshops sobre prevenção do bullying, palestras sobre saúde mental, e grupos de apoio para adolescentes em situações de vulnerabilidade (Nunes & Perez, 2018). Essas ações não apenas visam mitigar os impactos negativos das experiências escolares, mas também promover um ambiente que fortaleça a saúde mental dos adolescentes.

A relevância das ações socioeducativas realizadas pelo assistente social reside na capacidade de prevenir e lidar proativamente com os desafios enfrentados pelos adolescentes no ambiente escolar. Ao integrar-se de maneira interdisciplinar e intersetorial, o Serviço Social contribui para a construção de uma rede de apoio abrangente, envolvendo professores, psicólogos, profissionais de saúde e assistência social (Nunes & Perez, 2018).

Além do papel na defesa dos direitos, o Serviço Social assume uma posição estratégica na prevenção do estigma e da discriminação associados à saúde mental dos adolescentes. Autores como Nunes et al. (2020) ressaltam a importância dessa ação preventiva na construção de uma sociedade mais justa e consciente (Nunes et al., 2020).

3. QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

A Questão Social, objeto de intervenção do Serviço Social, que possui sua gênese na relação desigual entre capital e trabalho, cujas expressões estão presentes no cotidiano de vida das famílias. Conforme Iamamoto (2021), a questão social é um fenômeno multifacetado que se manifesta nas mais diversas formas de

precarização das condições de vida, originadas das contradições do sistema capitalista. A autora, ainda destaca que a questão social não se limita a situações de pobreza extrema, mas abrange todas as manifestações da desigualdade social geradas pelo modo de produção capitalista.

As expressões da questão social se fazem presentes na Secretária de Saúde mental, como o desemprego, situações de violência, usos e abuso de substâncias psicoativas entre outras. Essas expressões foram identificadas nos atendimentos aos adolescentes. O mais agravante é o aumento significativo de adolescentes que buscam por serviços na secretária de saúde mental. Estes dados mostram que entre 2020 e 2022, período da pandemia da COVID-19, demandas como, o isolamento social, o desemprego, o alcoolismo, uso e abuso de substância psicoativas e os cortes nos investimentos nos serviços públicos de saúde, educação, previdência, assistência social podem ter agravado a situação.

Os assistentes sociais atuam com adolescentes em diferentes serviços da política de saúde, e buscam por acolhimento, uma escuta sensível, informações e orientações, a fim de resolver seus conflitos, medos, inseguranças e dores, mas nem sempre conseguem um atendimento interdisciplinar. Dentro deste cenário de políticas fragmentadas, pensar o trabalho social de forma intersetorial, é o ponto a ser refletido pelos trabalhadores e gestores das políticas públicas.

A atuação do Serviço Social na promoção da saúde mental dos adolescentes envolve a oferta de um espaço seguro para que eles possam expressar seus sentimentos. Durante o processo de estágio I e II, observamos que os adolescentes e ou suas famílias e responsáveis estão buscando por atendimentos para a resolução de seus conflitos. Mas, o que preocupou a equipe interdisciplinar presente no setor, é os índices de abandono dos tratamentos. Foi possível identificar, através da busca ativa, que os principais fatores de evasão, são a dificuldade de acesso aos serviços, o desemprego, a necessidade de trabalhar, além da ausência e trocas de profissionais o que fragiliza a dinâmica dos atendimentos.

O Serviço Social, busca mediar estas situações e garantir o acesso aos serviços, assim como, fortalece os vínculos familiares, busca compreender as dinâmicas familiares, identificar os pontos de conflito e construir junto com o núcleo familiar as estratégias para os enfrentamentos dos conflitos.

4. ANÁLISE DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO ESTÁGIO FRENTE A SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

Esta sessão irá apresentar e discutir a prática exercida nos períodos dos Estágios I e II em Serviço Social na Secretaria Municipal de Saúde de Três Cachoeiras. O estágio focou na área de saúde mental, com especial atenção aos adolescentes. Durante o período de março a julho de 2023, foi possível observar e participar ativamente dos processos de trabalho das equipes do Núcleo de Apoio à Atenção Básica (NAAB) e das Equipes Multiprofissionais Especializadas em Saúde Mental (AMENT).

O levantamento de dados entre 2020 e 2022 revelou um aumento nas demandas de adolescentes em busca de atendimento em saúde mental. Com 58 encaminhamentos de adolescentes com idades entre 12 e 18 anos. Dessas demandas, apenas 4 concluíram os tratamentos oferecidos, indicando uma preocupante interrupção nos processos terapêuticos. As principais demandas identificadas foram relacionadas a laços familiares fragilizados, depressão, ansiedade, TDAH/hiperatividade e casos de ideação/tentativa de suicídio.

Considerando os dados levantados, a proposta de intervenção concentrou-se na promoção da saúde mental dos adolescentes, visando multiplicar informações e incentivar a conclusão dos tratamentos oferecidos. Autorizada pela direção e coordenação pedagógica, foram realizadas ações do Programa Saúde na Escola (PSE) com alunos da turma 92, com idades entre 14 e 15 anos. O projeto consistiu em cinco encontros, cada uma abordando uma temática específica, como transtornos mentais, uso de substâncias psicoativas, prevenção, canais de informação e empatia.

O perfil socioeconômico dos participantes das ações do PSE foi compreendido por meio de questionários voluntários. Dos 7 respondidos, os jovens eram majoritariamente do gênero feminino (6) e brancos (6). A maioria residia em área urbana (5), em casas de alvenaria (6), com acesso à coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva. A água era predominantemente proveniente de poço artesiano (6). Todos tinham acesso à iluminação pública e conheciam os serviços e políticas públicas na área.

A composição familiar revelou que a maioria dos participantes vivia com os pais casados (5) em casas de alvenaria. Em relação à saúde mental, 12 familiares apresentavam sinais/sintomas de transtornos depressivos e de ansiedade. O uso de

substâncias psicoativas foi relatado por 8 pessoas. Quatro jovens relataram vulnerabilidades, como uso de álcool/drogas, violência doméstica e discriminação.

Na Secretaria Municipal de Saúde de Três Cachoeiras, as ações e intervenções realizadas na escola, em parceria com o Programa Saúde na Escola (PSE), buscaram promover a saúde mental dos adolescentes. Os encontros com o grupo da turma 92, foram conduzidos com o objetivo de fornecer informações sobre saúde mental, transtornos mentais, prevenção e canais de informação. Essas ações foram fundamentadas na compreensão da importância da intervenção precoce para prevenir desafios futuros. As ações na escola visaram fortalecer os vínculos entre os adolescentes, promovendo o diálogo e a compreensão mútua. Através de dinâmicas buscou-se criar um ambiente propício para a expressão de sentimentos e a identificação de possíveis desafios emocionais.

Os resultados obtidos a partir dos relatos dos adolescentes nos grupos, mostraram maior entendimento sobre a saúde mental, transtornos mentais, e coletivamente construíram estratégias de prevenção, como espaços de escuta e acolhimento.

Em consonância com a proposta de Miliuskas e Faus (2020), que destacaram a vulnerabilidade dos adolescentes a problemas de saúde mental, as intervenções na escola foram direcionadas a fornecer suporte emocional, encaminhamentos e informações, assim ampliando as possibilidades de pedido de ajuda. Contudo, apesar dos avanços observados na oferta de serviços, programa e projetos pela Política de Saúde Mental, persiste o desafio da sensibilização para a continuidade do tratamento. Essa situação reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares e intersetoriais, conforme discutido por Rocha (2018) e reforçado pela análise dos dados do estágio.

O relatório de estágio reforça a importância do diálogo constante entre teoria e prática, evidenciando a necessidade de adaptação das estratégias de intervenção de acordo com a realidade local. A busca continua por novas abordagens para o aprimoramento da prática profissional nos atendimentos com adolescentes. A identificação precoce de sintomas e a oferta de suporte adequado são aspectos relevantes na promoção da saúde mental dos adolescentes. Isso está alinhado com a visão de Rocha (2018) sobre a importância da interdisciplinaridade na construção de abordagens abrangentes.

A integração entre a Secretaria Municipal de Saúde e instituições educacionais, como realizada no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), é uma via promissora para potencializar os atendimentos e a efetividade nos tratamentos pelos adolescentes. A orientação preventiva, baseada em uma compreensão profunda das dinâmicas familiares e socioeconômicas, destaca o papel proativo do assistente social na promoção da saúde mental.

A inserção do assistente social na rede de proteção à infância e adolescência, como mencionado por Bisneto (2022), deve ser reforçada, visando à construção de uma rede mais efetiva de suporte social. O desenvolvimento de parcerias com outros profissionais de saúde mental, psicólogos, enfermeiros e terapeutas ocupacionais, é essencial para garantir uma abordagem holística e integrada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste artigo científico proporcionou uma oportunidade para aprofundar o conhecimento sobre o Serviço Social, adolescentes, conflitos familiares e saúde mental. Durante a pesquisa e análise documental, foi possível compreender a complexidade das questões sociais relacionadas à saúde mental dos adolescentes e o papel do Serviço Social na promoção do bem-estar desse grupo.

Ao longo do processo, ficou evidente que as políticas sociais desempenham um papel fundamental na abordagem e tratamento da saúde mental dos adolescentes. Elas fornecem as diretrizes, recursos e estratégias necessárias para enfrentar os desafios e torna-se parte integrante na rede de proteção.

No entanto, o processo de construção deste artigo também revelou limitações e desafios. A complexidade do tema e a diversidade de fatores que afetam a saúde mental dos adolescentes tornam a abordagem interdisciplinar e a colaboração entre diferentes profissionais essenciais. Além disso, a falta de recursos e a sobrecarga de demandas no sistema de saúde podem representar obstáculos para a implementação eficaz das políticas sociais.

Em relação ao processo de formação, a pesquisa e a escrita deste artigo científico contribuíram para o aprimoramento do conhecimento teórico e prático. Aprofundar a compreensão das políticas sociais, do Serviço Social e da saúde mental permitiu uma visão mais crítica e reflexiva sobre a questão social na contemporaneidade. Observa-se novas situações, que geram desafios e abordagens

diferenciadas, exigindo que os profissionais estejam preparados para lidar com as adversidades.

Em termos de limitações para esta pesquisa foi a dificuldade no acesso as documentações na Secretária da saúde, os quais poderiam fornecer insights adicionais sobre o tema. Outro desafio que emergiu durante o processo de construção deste artigo é a complexidade da articulação entre as políticas sociais e a prática profissional. A aplicação das políticas sociais no contexto prático pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo limitações orçamentárias, falta de recursos humanos e barreiras burocráticas. Portanto, é essencial que os profissionais estejam cientes dessas complexidades e busquem estratégias para superá-las.

No que diz respeito à formação profissional, este processo de pesquisa e escrita fortaleceu a compreensão da importância do Serviço Social como um agente de transformação social. Proporcionou uma base sólida para a atuação futura, lembrando que a prática profissional não se limita à aplicação de técnicas, mas envolve a compreensão da questão social e a busca de soluções para a construção de uma nova ordem societária, mas justa e humana.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: AGE, 2003.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. Cortez Editora, 2022.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. **Saúde e serviço social**. In: Saúde e serviço social. 2014. p. 288 p-288 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/ CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL; et al. **Serviço social na saúde: parâmetro para atuação do assistente social na política de saúde**. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualcao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em junho de 2023.

DA SILVA, Taelis Borges; PARRÃO, Juliene Aglio. **Saúde mental de crianças e adolescentes: a importância do fortalecimento de vínculo no processo de tratamento e as contribuições do serviço social na "ubs cohab" de presidente prudente**. Seminário integrado-issn 1983-0602, v. 8, n. 8, 2014.

DE OLIVEIRA MARQUES, Camila Fernandes. Saúde mental no contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: o que o serviço social tem a ver com isso?. **MOITARÁ-Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO**, v. 1, n. 5, p. 151-170, 2020.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi et al. A intersetorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, p. 454-461, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2021.

LOUREIRO, Luís Manuel de Jesus et al. Literacia em saúde mental de adolescentes e jovens: conceitos e desafios. **Revista de enfermagem Referência**, n. 6, p. 157-166, 2012.

MATOSO, Leonardo Magela Lopes et al. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: o papel do profissional de enfermagem e serviço social. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 6, n. 13, p. 71-86, 2014.

MILIAUSKAS, Cláudia Reis; FAUS, Daniela Porto. Saúde mental de adolescentes em tempos de Covid-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, 2020.

NUNES, Anderson Cordova; et al. **Competência profissional em Serviço Social**: Universidade La Salle Canoas, 2020. E-book.

NUNES, Luiza Alecrim Favilla; PEREZ, Adriana Medalha. Serviço social e saúde mental: uma experiência de estágio. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018.

ROCHA, Beatriz Fidelis. A necessidade de intersetorialidade entre a saúde mental e assistência social – um desafio para o serviço social. **Seminário integrado-ISSN 1983-0602**, v. 12, n. 12, 2018.

SILVA, Cristiane da Conceição et al. **A atuação da/do Assistente Social na área da Saúde Mental**. 2022.

SOUZA, Alessandra Vieira de; SILVA, Danielle Fabiane Corrêa; MOTA, Tatiane Menezes da. **Serviço social e saúde mental**: o exercício profissional do assistente social no CAPS i/ad Vida em Aracaju/SE. 2011.

SOUZA, Larissa Barros de; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, p. 251-269, 2019.

WOERNER, Camila Biribio. Serviço Social e Saúde Mental: atuação do assistente social em comunidade terapêutica. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 14, n. 1, p. 174-185, 2015.

SODRÉ, F. O serviço social entre a prevenção e a promoção da saúde: tradução, vínculo e acolhimento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 117. Disponível em: <<https://www.scielo.br/i/sssoc/a/3xLfKfçjDbvM xX8v938sYTQQ/?format=pdf>>.